ESTADO DE PERNAMBUCO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENCO DA MATA

GABINETE DO PREFEITO LEI Nº 3.152/2025

LEI N° 3.152/2025

Institui o Código de Ética e Conduta dos Servidores Públicos Municipais de São Lourenço da Mata, dispõe sobre princípios, deveres, vedações, responsabilidades e sanções aplicáveis, cria a Comissão Municipal de Ética Pública e dá outras providências.

O Prefeito de São Lourenço da Mata, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Art. 60, XII, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores do Município aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui o Código de Ética e Conduta dos servidores públicos do Poder Executivo do Município de São Lourenço da Mata, estabelecendo os princípios éticos, normas de conduta e diretrizes que devem orientar suas ações no exercício da função pública.

Art. 2º São objetivos deste Código:

- I Promover a conduta ética e responsável na Administração Pública Municipal;
- II Prevenir a prática de atos incompatíveis com a moralidade administrativa;
- III Fortalecer a confiança da sociedade nas instituições públicas;
- IV Servir como referência interpretativa das normas de conduta funcionais e disciplinares.

CAPÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 3º A atuação do servidor municipal deverá pautar-se pelos seguintes princípios:

I – Legalidade;

II – Impessoalidade;

III – Moralidade;

IV - Publicidade;

V – Eficiência;

VI - Probidade;

VII – Urbanidade;

VIII – Lealdade institucional;

IX – Respeito aos direitos humanos, à diversidade e à dignidade da pessoa humana.

CAPÍTULO III – DOS DEVERES FUNDAMENTAIS DO SERVIDOR

- **Art. 4º** São deveres éticos do servidor público municipal, sem prejuízo das disposições legais:
- I Desempenhar com zelo, presteza e eficácia as atribuições do cargo;
- II Tratar com respeito, cortesia e urbanidade os colegas, superiores, subordinados e o público em geral;
- III Guardar sigilo sobre informações de natureza confidencial;
- IV Agir com equidade, justiça e transparência em suas
- V Recusar vantagens indevidas, direta ou indiretamente;
- VI Utilizar os recursos públicos exclusivamente para o serviço;

VII – Zelar pela boa imagem da Administração Pública.

CAPÍTULO IV – DAS VEDAÇÕES ÉTICAS

Art. 5° É vedado ao servidor público municipal:

- I Prevalecer-se do cargo para obter favorecimento pessoal ou de terceiros;
- II Discriminar pessoas em razão de sexo, raça, religião, orientação sexual, idade, deficiência ou qualquer outro fator;

- III Participar de atividade político-partidária durante o horário de trabalho ou utilizando recursos públicos;
- IV Aceitar presentes, vantagens ou favores de partes interessadas em processos que tramitem no órgão em que atue;
- V Praticar assédio moral, sexual ou qualquer forma de intimidação;
- VI Fazer uso de informações privilegiadas para fins particulares.

CAPÍTULO V – DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ÉTICA PÚBLICA

- **Art. 6º** Fica criada a **Comissão Municipal de Ética Pública**, de caráter permanente, consultivo e fiscalizador, vinculada à Controladoria Geral do Município, com a finalidade de orientar, prevenir e apurar condutas em desacordo com este Código.
- **Art.** 7º A Comissão será composta por **05** (cinco) membros titulares e **02** (dois) suplentes, designados por ato do Prefeito Municipal, sendo:
- I 01 servidor indicado pela Procuradoria Geral do Município;
 II 01 servidor indicado pela Controladoria Geral do Município;
- III 01 servidor indicado pela Secretaria de Administração;
- IV 01 representante da sociedade civil, de notório saber em ética pública;
- V 01 servidor efetivo estável, eleito por seus pares.

Parágrafo único. Os membros terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, e deverão manter conduta ilibada e formação compatível com a função.

Art. 8º Compete à Comissão de Ética:

- I Orientar os servidores quanto à interpretação e aplicação deste Código;
- II Receber, instruir e relatar denúncias ou representações sobre condutas éticas;
- III Sugerir medidas corretivas e recomendar ações disciplinares, quando couber;
- IV Realizar ações de educação e sensibilização ética no serviço público;
- V Élaborar relatórios anuais de atividades

CAPÍTULO VI – DO PROCEDIMENTO ÉTICO

- Art. 9º O processo ético será instaurado mediante:
- I Denúncia formal com identificação do denunciante;
- II Relatório interno da Comissão de Ética;

III – Requisição do Chefe do Poder Executivo.

- §1º O servidor será notificado para apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- §2º A Comissão poderá realizar diligências, ouvir testemunhas e requisitar documentos.
- §3º Concluída a apuração, será emitido parecer conclusivo fundamentado.
- §4º As denúncias de que trata o inciso I deste artigo deverão ser acompanhadas de indícios mínimos de autoria e materialidade da suposta infração, a fim de evitar a instauração de procedimentos baseados em acusações infundadas.

CAPÍTULO VII – DAS SANÇÕES ÉTICAS

- **Art. 10** A infração ética poderá resultar nas seguintes sanções, observada a gravidade do ato:
- I Advertência ética por escrito;
- II Recomendação de medidas disciplinares à autoridade competente;
- III Divulgação da recomendação, quando for de interesse público.

Parágrafo único. A aplicação de sanção ética não exclui a possibilidade de responsabilização administrativa, civil ou penal.

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 11** O descumprimento das disposições deste Código poderá ensejar, conforme o caso, apuração disciplinar nos termos da legislação aplicável.
- Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço da Mata, 10 de outubro de 2025

VINÍCIUS LABANCA - Prefeito-

Publicado por: Osvaldo José Vieira Código Identificador:315C9B7D

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 18/11/2025. Edição 3974 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: https://www.diariomunicipal.com.br/amupe/